Aquamaior – Águas do Campo Maior, S.A.

Relatório e Contas 2024

AENOR GESTÃO DE QUALIDADE ISO 9001 | AENOR GESTÃO AMBIENTAL ISO 14001 | AENOR SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO ISO 45001 | IQNet

aquamaior

ÍNDICE

1. RELATÓRIO DE GESTÃO 3

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....16

3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 21

4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS.....47

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto na Lei e nos Estatutos da Aquamaior - Águas de Campo Maior, S.A., submetemos à apreciação da Assembleia Geral, o presente Relatório de Gestão, Balanço, Demonstração de Resultados, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Alterações no Capital e respetivos anexos, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2024.

1. RELATÓRIO DE GESTÃO

ATIVIDADE DA EMPRESA

A Aquamaior - Águas de Campo Maior, S.A., é a empresa concessionária da Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e Recolha de Efluentes do Concelho de Campo Maior, por contrato celebrado a 29 de outubro de 2007, com o Município de Campo Maior, e por um período de 30 anos.

A Concessão tem por objeto a exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do município de Campo Maior, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

Eventos Relevantes

Não ocorreram no período em análise acontecimentos que justifiquem a sua divulgação.

INVESTIMENTO

O Plano de Investimentos da Concessionária, para todo o período de Concessão, atinge cerca de 4 milhões de Euros, a preços correntes.

Além do mencionado Plano de Investimentos, a Aquamaior irá realizar, durante o período de vida da concessão, outros investimentos associados ao seu funcionamento corrente, no valor de mais de 6,5 milhões de Euros.

Rubricas do Plano de Investimentos Executadas

As rubricas do Plano de Investimentos executadas no final do ano de 2024 são:

- Instalação de um Sistema de Telegestão;
- Acondicionamento dos depósitos de água potável;
- Acondicionamento das instalações de água potável;
- Acondicionamento e melhoria das bombagens de água potável;
- Acondicionamento das instalações dos poços;

- Cartografia digitalizada das redes de abastecimento e saneamento e implementação de um sistema SIG;
- Sectorização da rede de abastecimento para deteção e controlo de fugas;
- Projeto de nova conduta adutora desde a zona industrial de Campo Maior até Ouguela (executado parcialmente);
- Plano diretor sobre as infraestruturas de abastecimento e saneamento de Campo Maior;
- Renovação da Rede de Abastecimento de Degolados;
- Nova Conduta adutora desde o reservatório do Zebro até aos depósitos Gêmeos;
- Adução ao Bairro da Misericórdia;
- Abastecimento de água da Meia Légua;
- Rede de Abastecimento de Água na Zona de São Pedro, CM 1113;
- Renovação de 100% do Parque de Contadores.

Plano de Investimentos Executado

Em detalhe, o investimento acumulado em infraestruturas, realizado pela Aquamaior até ao final de dezembro de 2024 é o seguinte:

	2024
Instalação de um Sistema de Telegestão	178 500,00
Acondicionamento dos Depósitos de Água Potável	8 925,00
Acondicionamento das Instalações Água Potável	59 500,00
Acondicionamento e Melhoria das Bombagens de Água potável	4 760,00
Acondicionamento das Instalações dos Poços	14 875,00
Renovação de 100% do Parque de Contadores	220 036,00
Cartografia Digitalizada das Redes de Abastecimento e Saneamento e Implementação de um Sistema SIG	71 400,00
Sectorização da Rede de Abastecimento para o Controlo e Deteção de Fugas	35 700,00
Projeto de nova conduta desde a Zona Industrial de Campo Maior até Ouguela	35 700,00
Fornecimento e instalação da conduta Zona Industrial Campo Maior-Ouguela	65 013,99
Plano Diretor sobre as infraestruturas de abastecimento e saneamento de Campo Maior	17 850,00
Renovação da Rede de Abastecimento de Degolados	1 244 409,40
Sub-total	**1 956 669,39**
Nova conduta desde o reservatório do Zebro até à zona dos depósitos Gémeos	1 147 425,00
Construção de reservatório no Zebro de 1.500 m³	20 457,28
Rede de Abastecimento de Água na Zona de São Pedro, CM 1113, Campo Maior	94 828,26
Adução ao Bairro da Misericórdia	51 632,66
Abastecimento de Água da Meia Légua	90 807,91
Sub-total	**1 405 151,11**
Total	**3 361 820,50**

Melhorias Fora do Plano de Investimentos

O detalhe relativo às melhorias não mencionadas no Plano de Investimentos e realizadas durante o ano de 2024 é o seguinte:

Desratização e desbaratização

Durante o ano de 2024 foram realizadas 5 intervenções de desbaratização e desratização no concelho de Campo Maior, ou seja, na vila de Campo Maior, Freguesia de Degolados e na povoação de Ouguela. O procedimento foi realizado pela Interprev (empresa especializada no controlo de pragas).

Intervenções na rede de abastecimento

Em 2024, para além dos trabalhos de manutenção da rede de abastecimento, foram executadas várias reparações e melhoramentos da rede, entre os quais se podem destacar os seguintes:

- Acompanhamento na substituição de 900 metros da conduta adutora de fibrocimento proveniente do reservatório de Santa Vitória que abastece parte da vila de Campo Maior (zona de abastecimento gravítica) e o reservatório dos Gêmeos.
- Colocação de válvulas de secionamento nas zonas de transição entre o fibrocimento e o ferro fundido dúctil e substituição da ventosa existente nessa adutora.
- Implantação de caixas de visita na rede de drenagem de água residuais visando um melhoramento na operacionalidade.
- Reparação de várias hastes e cabeças móveis de válvulas de seccionamento;
- Instalações de válvulas de retenção em consumidores com habitações com furos;
- Substituição dos contadores de grandes consumidores;
- Reforço e substituição de ramais em várias habitações com falta de pressão e/ou caudal;
- Mudança do local de instalação de contadores para as fachadas dos edifícios;
- Desobstrução de troços de coletores da rede de drenagem de águas residuais;
- Desentupimento de caixas de saneamento de muitos consumidores;
- Reparação e substituição de aros, tampas e estruturas de caixas de visita da rede de drenagem de águas residuais.

ASPETOS TÉCNICOS

Qualidade da Água Distribuída

A qualidade da água distribuída pela Aquamaior, aos utilizadores do concelho de Campo Maior é verificada através de recolhas efetuadas periodicamente nos pontos de amostragem. As amostras foram analisadas por um laboratório externo, segundo calendarização do programa de controlo da qualidade da água (PCQA) para 2024.

No ano de 2024 ocorram 3 incumprimentos. O primeiro a 06/03/2024 no ponto de amostragem Posto Turismo de Campo Maior, do parâmetro turvação, o qual foi realizado a análise de verificação a 25/03/2024, sendo o resultando obtido conforme. O segundo e o terceiro incumprimento ocorreram na mesma campanha de recolha, no dia 07/10/2024 no ponto de amostragem Agrupamento de Escolas de Campo Maior, os incumprimentos formam nos parâmetros alumínio e manganês.

Foram realizadas duas campanhas de análises de verificação, a primeira a 16/10/2024 e a 23/10/2024, em ambas as contra-análises os resultados foram conformes. Em todos os incumprimentos as averiguações das causas foram inconclusivas e não foram tomadas medidas corretivas pois as análises posteriores não confirmaram os incumprimentos.

A Aquamaior – Águas de Campo Maior, S.A. foi distinguida pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos relativamente à qualidade da água distribuída durante o ano de 2023, tendo-lhe sido atribuído o Selo da qualidade exemplar de água para consumo humano, na edição 2024.

Volumes de água comprada

No ano 2024, o volume de água comprada (faturada pela AdVT no período natural) aumentou em cerca de 2% em relação a 2023 (489.906m^3 em 2024, contra 480.28m^3 em 2023). Este aumento está relacionado com a diminuição do rendimento técnico no ano de 2024.

Volume faturado por tipo de utilizador

O volume de água faturado em 2024 desceu cerca de 6% quando comparado com o ano anterior de 2023 (397.25m^3 em 2024 contra 421.990m^3 de 2023)

Esta decida está diretamente relacionada com o incremento de consumos não autorizados e, por conseguinte, a diminuição do rendimento técnico.

O volume faturado no ano 2024, comparativamente ao ano de 2023, no tipo doméstico e no tipo não doméstico registou-se uma leve descida, de 1,45% no tipo doméstico e 4,91% no tipo não doméstico.

Relativamente ao tipo IPSS, registou-se uma descida de 8,05% e uma muito relevante queda no consumo faturado no tipo Municipais, de 25,35%.

Interrupções de fornecimento de água planeadas e não planeadas

No âmbito da operacionalidade no ano de 2024 ocorreram 19 interrupções no fornecimento de água, sendo 4 em reparações de ramais de ligação e 15 em condutas de abastecimento de água, das quais 1 foi planeada, pois tratou-se do acompanhamento da substituição e colocação de válvulas de seccionamento da conduta de adutora de Santa Vitória, no âmbito do PRR do Projeto de Melhoria de Acessibilidade à Zona Industrial de Campo Maior.

A Aquamaior procedeu a uma interrupção de fornecimento de água planeada, tendo a comunicado ao Concedente, entidades e empresas afetadas assim como a comunidade através de avisos via web e rádio local.

Instalação de contadores

No ano de 2024 foram substituídos 44 contadores, dos quais 298 foram por substituição.

Este resultado deve-se essencialmente à fase de formação e adaptação no processo da transição digital. Entre 2023 e 2024 foram substituídos quase 10% do parque total de contadores, 359 de 2023 e 44 de 2024, um total de 403 contadores.

Construção de rede de água

No decorrer de 2024, na parte da melhoria fora do plano de investimentos foram realizadas as seguintes intervenções:

• Colocação de válvulas de secionamento na câmara de manobras do reservatório dos Gémeos.

• Implantação de bypass, substituição e colocação de válvulas de secionamento no troço principal da rede e abastecimento de água, à saída os reservatórios dos Gémeos.

Instalação de ramais domiciliários de água

Em 2024 foram construídos 4 novos ramais de água, e procedeu-se à renovação de 10 ramais existentes, devido a falta e pressão ou deterioração do material dos ramais devido à antiguidade.

Intervenções na rede de água potável

O número total de intervenções realizadas na rede de abastecimento em 2024 foi de 66, um ligeiro decréscimo relativamente ao ano de 2023 que foram 68 intervenções.

Intervenções na rede de saneamento de águas residuais

Durante o ano de 2024 foram construídos 2 ramais de saneamento, e 2 foram renovados e colocada caixa de ramal visitável.

O número total de intervenções realizadas na rede de saneamento em 2024 foi de 37, não contabilizadas as intervenções de reparação de caixas de visita que foram de 23 no ano de 2024.

Além das intervenções para resolver anomalias no sistema, realizaram-se operações de limpeza e manutenção das quais resultou a limpeza de 1.600 metros da rede de saneamento.

Consumos energéticos e de reagentes

Durante o ano de 2024 foram consumidos um total de 58.160 kWh em todas as instalações de água potável, suponto um incremento de 6.08 % em relação ao ano de 2023, em que o consumo energético foi de 54.828 kWh.

Durante o ano de 2023 foram consumidos 556 kg de hipoclorito de sódio nos pontos de recloragem existentes da rede de abastecimento.

SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

A Aquamaior tem implementado o Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente, que está certificado de acordo com a norma ISO 9001 e norma ISO 14001, respetivamente, bem como o Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho, pela norma ISO 45001.

A promoção e prevenção da segurança e saúde no trabalho é considerada um ponto fulcral no desenvolvimento das atividades diárias.

A avaliação e prevenção de riscos, associados a cada atividade desenvolvida, é efetuada com uma periodicidade anual e sempre que se verificar qualquer alteração nas condições existentes.

OBJETIVO ESTRATÉGICO/MISSÃO

A Aquamaior assumiu, como seu objetivo fundamental, a satisfação das necessidades de distribuição de água e de recolha de águas residuais da população do Município de Campo Maior, num quadro realista de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

Com a capacidade e o *know-how* do seu acionista, a Aquamaior apresentou e mantém até hoje, um projeto baseado em dois pilares fundamentais:

- Máxima Qualidade do Serviço Prestado através da utilização de tecnologia de ponta a par com uma estrutura de pessoal altamente qualificado;
- Excelência na assistência ao utilizador (Cliente).

A Aquamaior tem por missão a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do Município de Campo Maior, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

RECURSOS HUMANOS

A política de gestão de recursos humanos da Aquamaior é definida em relação direta com a estratégia do grupo FCC, no sentido de garantir a existência de um conjunto de procedimentos e ferramentas que contribuam diretamente para a melhoria dos processos de gestão e que permitam alcançar os objetivos do sistema de gestão da qualidade, segurança, ambiente e responsabilidade aos quais nos propusemos, assegurando o envolvimento de todos os colaboradores.

Neste sentido, a Aquamaior procura conciliar o interesse e os objetivos de cada colaborador com os da empresa, definindo princípios de melhoria contínua, investindo na formação, na motivação, bem como nas condições de trabalho e segurança.

O número médio de pessoas ao serviço da empresa foi no período findo em 2024 de 7 pessoas, idêntico ao de 2023.

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A evolução da situação económica da Aquamaior espelha, entre outras, a realidade de uma empresa com uma gestão orientada para o equilíbrio da exploração, a médio prazo, de um serviço de cariz público essencial, que procura níveis de atendimento e padrões de qualidade elevados, adotando uma política tarifária que vise promover no médio prazo o equilíbrio económico-financeiro sustentável da empresa.
A análise económica e financeira que a seguir se apresenta procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial, alcançados pela Aquamaior no ano de 2024, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do período e as respetivas notas.

Volume de Negócios

O volume de negócios atingiu no final do período em análise, cerca de 1,331 milhões de Euros, em linha com o estimado no plano estratégico elaborado para o mesmo período. Comparando o período atual com o anterior, regista-se um aumento na rubrica de Vendas e Serviços Prestados (1,320 milhões de Euros em 2023 para 1,331 milhões de Euros em 2024). A rubrica de rendimentos originados pela aplicação da NCRF 19 não contribuiu para o volume de negócios do período e do ano anterior por ter sido nula.

Gastos e Perdas

O total dos gastos da Aquamaior foi em 2024 de 1,499 milhões de Euros o qual, comparado com o período anterior, que foi de 1,416 milhões de Euros, representa um aumento de cerca de 6%. Este valor excluiu o impacto do imposto do período.

A rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), na qual se inclui, a compra de água referente ao período em análise, registou 309 mil Euros, representando cerca de 21% do total dos gastos do período. Comparativamente com o período anterior a mesma rubrica registava 303 mil Euros, representando então cerca de 21% do total dos gastos do período. Em valor absoluto, a variação entre períodos da rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC) foi inferior em 2%.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos registou 723 mil Euros, representando cerca de 48% do total dos gastos do período. Comparativamente com o período anterior a mesma registava 701 mil Euros, representando então cerca de 50% do total dos gastos do período. A variação entre períodos da rubrica de fornecimentos e serviços externo foi de 3%.

Relativamente aos gastos com o pessoal registaram-se 157 mil Euros, representando cerca de 11% do total dos gastos do período. Comparativamente com o período anterior a mesma rubrica registava 145 mil Euros, representando então cerca de 10% do total dos gastos do período. A variação entre períodos da rubrica gastos com o pessoal foi de 9%.

Em 2024, o valor das imparidades de dívidas a receber registado pela Aquamaior foi de 13 mil Euros.

A rubrica de outros gastos registou 58 mil Euros (4% do total dos gastos do período), tendo registado no período anterior 39 mil Euros (3% do total dos gastos do período).

O valor dos gastos com depreciações e de amortizações apresentou o montante de 151 mil Euros, para o período em análise, face a 140 mil Euros do período anterior, representando esta rubrica, relativamente ao total dos gastos 10%, em ambos os períodos.

O valor da rubrica de juros e gastos similares suportados pela Aquamaior registou, no ano de 2024, 88 mil Euros (equivalente a 6% do total dos gastos do período), tendo no ano anterior registado o montante de 82 mil Euros (equivalente a 6% do total dos gastos do período).

Rendimentos e Ganhos

O total dos rendimentos da Aquamaior foi em 2024 de 1,354 milhões de Euros, o qual comparado com o período anterior, que foi de 1,347 milhões de Euros, representa um aumento de cerca de 1%.

A rubrica de vendas e serviços prestados registou em 2024 o montante de 1,331 milhões de Euros, que comparado com o período anterior revela um aumento de cerca de 1% face ao valor de 1,320 milhões de Euros.

A rubrica de outros rendimentos registou, em 2024, o montante de 23 mil Euros. A mesma rubrica registava, em 2023, o valor de 28 mil Euros.

Resultado Líquido do Período

O resultado líquido do período é de 118.293,33 Euros negativos. Em 2023, o mesmo apresentou um valor negativo de 49.697,43 Euros.

Evolução dos Capitais Próprios

Os Capitais Próprios da Aquamaior mantêm-se positivos, apesar do resultado negativo apresentado nos períodos de 2024 e 2023.

Apesar dos desafios decorrentes da envolvente macroeconómica, claramente influenciados pelo aumento dos preços bem como o aumento das taxas de juro, a Aquamaior continua confiante na sua estratégia para enfrentar os mesmos, mantendo-se fiel ao seu compromisso de crescimento sustentável.

Rentabilidade

O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) registado, foi de 94.560 Euros relativamente ao período em análise, apresentando uma diminuição em cerca de 38% comparativamente com o período anterior.

Relativamente ao resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (EBIT), o mesmo apresenta, face ao ano anterior, uma diminuição, situando-se no final de 2024 em 56.795 Euros negativos.

	Ano 2024	Ano 2023
Rentabilidade do ativo total	(4,69%)	(1,89%)
Rentabilidade dos capitais próprios	(46,72%)	(13,45%)
Rentabilidade das vendas	(8,89%)	(3,79%)
EBITDA	94 560	153 416
EBIT	(56 795)	13 487

Estrutura Financeira

A análise da estrutura do Balanço, nos dois últimos anos, revela uma consistência nos valores das principais rubricas, ativo, capital próprio e passivo.

Em valores absolutos, os registos evidenciam que o ativo passou de 2,650 milhões de Euros em 2023 para 2,520 milhões de Euros em 2024.

Em termos desagregados, os capitais próprios diminuíram de 371 mil Euros em 2023 para 253 mil Euros em 2024, tendo o passivo diminuído de 2,278 milhões de Euros em 2023 para 2,266 milhões de Euros em 2024.

Ao nível dos principais indicadores financeiros, numa análise global dos mesmos, e conforme se pode comprovar pelo quadro abaixo, verificou-se em 2024, em termos percentuais, um ligeiro agravamento dos mesmos face ao ano de 2023:

	Ano 2024	Ano 2023
Capitais próprios	253 202	371 495
Passivo total	2 266 402	2 278 019
Passivo corrente	296 400	308 017
Ativo total	2 519 603	2 649 514
Autonomia financeira (Capitais próprios/Ativo total)	10,05%	14,02%
Solvabilidade (Capitais próprios/Passivo total)	11,17%	16,31%
Endividamento (Passivo total/Ativo total)	89,95%	85,98%
Estrutura do endividamento (Passivo corrente/Passivo total)	13,08%	13,52%

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Administração propõe que ao resultado líquido do período, que ascendeu a 118.293,33 Euros negativos, seja dada a seguinte aplicação:

Para Resultados Transitados: -118.293,33 Euros

AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração da Aquamaior aproveita a oportunidade para agradecer o empenho e a colaboração prestada por todos os Funcionários, Clientes, Fornecedores, Instituição Bancárias, e demais entidades que com a empresa se relacionaram.

Campo Maior, ao 31 de março de 2025

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artur António Baptista Vidal

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

AQUAMAIOR - ÁGUAS DE CAMPO MAIOR, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

Em euros

	NOTAS	2024	2023
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	63 547	77 360
Ativos intangíveis	6	1 762 159	1 897 701
Outros ativos financeiros		154	154
Ativos por impostos diferidos	7	184 991	157 258
subtotal		**2 010 851**	**2 132 473**
Ativo corrente			
Clientes	9	245 242	255 797
Adiantamentos a fornecedores	13	2 452	1 731
Estado e outros entes públicos	8	3 776	49 483
Outros créditos a receber	9	67 625	59 699
Diferimentos	10	2 416	2 114
Caixa e depósitos bancários	4	187 241	148 217
subtotal		**508 752**	**517 041**
Total do ativo		**2 519 603**	**2 649 514**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	14	50 000	50 000
Outros instrumentos de capital próprio	14	825 000	825 000
Reservas legais	14	10 000	10 000
Resultados transitados	14	(513 505)	(463 538)
Resultado líquido do período	14	(118 293)	(49 967)
Total do capital próprio		**253 202**	**371 495**
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	6	670 002	670 002
Outras dívidas a pagar	11	1 300 000	1 300 000
subtotal		**1 970 002**	**1 970 002**
Passivo corrente			
Fornecedores	13	170 702	146 624
Adiantamentos de clientes	13	8 055	3 403
Estado e outros entes públicos	8	6 169	3 419
Outras dívidas a pagar	13	111 474	154 571
subtotal		**296 400**	**308 017**
Total do passivo		**2 266 402**	**2 278 019**
Total do capital próprio e do passivo		**2 519 604**	**2 649 514**

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2024

O Contabilista Certificado

Maria José Simões

O Conselho de Administração

AQUAMAIOR - ÁGUAS DE CAMPO MAIOR, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

Em euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2024	2023
Vendas e serviços prestados	15	1 331 045	1 319 708
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	16	(308 666)	(303 280)
Fornecimentos e serviços externos	17	(722 626)	(701 194)
Gastos com o pessoal	18	(157 304)	(144 804)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas)/reversões)	9	(13 445)	(6 075)
Outros rendimentos	19	23 256	27 574
Outros gastos	20	(57 700)	(38 513)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**94 560**	**153 416**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	21	(151 355)	(139 929)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**(56 795)**	**13 487**
Juros e rendimentos similares obtidos	22	105	67
Juros e gastos similares suportados	22	(87 616)	(82 263)
Resultado antes de impostos		**(144 306)**	**(68 709)**
Imposto sobre o rendimento do período	23	26 013	18 742
Resultado líquido do período		**(118 293)**	**(49 967)**

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados por naturezas do exercício findo em 31de dezembro de 2024

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

AQUAMAIOR - ÁGUAS DE CAMPO MAIOR, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

Em euros

RUBRICAS	Notas	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		1 310 753	1 249 103
Pagamentos a fornecedores		(1 012 107)	(1 007 835)
Pagamentos ao pessoal		(157 037)	(143 207)
Caixa gerada pelas operações		**141 609**	**98 061**
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		1 679	(6 951)
Outros recebimentos/(pagamentos)		29 560	(40 610)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		**172 848**	**50 500**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(45 663)	(16 945)
Ativos intangíveis		-	(2 580)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		650	-
Juros e rendimentos similares		105	67
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		**(44 908)**	**(19 458)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		(88 916)	(80 517)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		**(88 916)**	**(80 517)**
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		**39 024**	**(49 475)**
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	**148 217**	**197 692**
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	**187 241**	**148 217**

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31de dezembro de 2024

O Contabilista Certificado

Maria José Simões

O Conselho de Administração

AQUAMAIOR - ÁGUAS DE CAMPO MAIOR, S.A

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Em euros

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Nota	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período		50 000	825 000	10 000	(461 908)	(1 630)	421 462
Aplicação do resultado do período anterior	14				(1 630)	1 630	-
Total dos aumentos/diminuições diretos no capital próprio		**50 000**	**825 000**	**10 000**	**(463 538)**	**-**	**421 462**
Resultado líquido do período						(49 967)	(49 967)
Posição no fim do período		**50 000**	**825 000**	**10 000**	**(463 538)**	**(49 967)**	**371 495**

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em euros

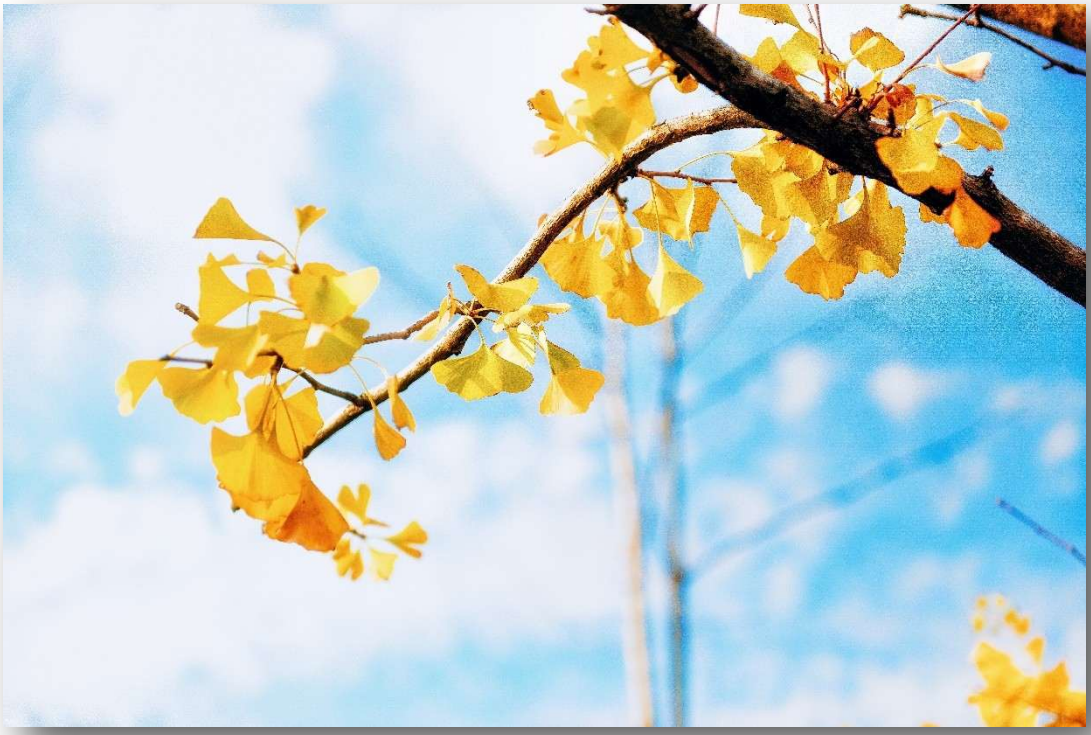
MOVIMENTOS NO PERÍODO	Nota	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período		50 000	825 000	10 000	(463 538)	(49 967)	371 495
Aplicação do resultado do período anterior	14				(49 967)	49 967	
Total dos aumentos/diminuições diretos no capital próprio		**50 000**	**825 000**	**10 000**	**(513 505)**	**-**	**371 495**
Resultado líquido do período						(118 293)	(118 293)
Posição no fim do período		**50 000**	**825 000**	**10 000**	**(513 505)**	**(118 293)**	**253 202**

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações do capital próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

O Contabilista Certificado

Maria José Simões

O Conselho de Administração



3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Aquamaior - Águas de Campo Maior, S.A., (adiante designada por "Aquamaior" ou "Empresa") é uma sociedade anónima, com sede na Rua de São João, 2A em Campo Maior, constituída em 4 de outubro de 2007, no Cartório Notarial de Lisboa, tendo iniciado a sua atividade a 1 de março de 2008, tem como objeto a Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e de Recolha de Efluentes do Concelho de Campo Maior, e a sua atividade inclui a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos que compõem os sistemas concessionados, a realização de todas as obras necessárias à execução do plano de investimentos da concessão, bem como a realização de todos os atos necessários para a prossecução da sua atividade.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e Normas Interpretativas ("NI") consignadas nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "NCRF".

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da Aquamaior foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidas de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as

atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

3.1. ATIVIDADE CONCESSIONÁRIA

A Empresa exerce uma atividade que consiste na prestação de serviços de interesse económico geral, indispensável ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente. Esta atividade é desenvolvida num enquadramento de melhoria contínua da prestação dos serviços públicos de distribuição de água para consumo público e de recolha de águas residuais. A mesma é desenvolvida num contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor, pelo disposto no contrato de concessão de serviço público celebrado com o Município, pelo prazo de 30 anos, e pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Como prestador de um serviço público, a empresa opera num ambiente regulado. O regulador – ERSAR – nos termos das legislações em vigor, controla entre outros aspetos, a tarifa a cobrar pelos serviços prestados. No balanceamento do interesse público com o equilíbrio económico-financeiro das empresas nos termos do contrato de concessão, o regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cashflow*, com todas as consequências adversas que daí resultam.

As tarifas a praticar pela empresa carecem de aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida na NCRF 4 – Políticas contabilísticas, alterações de estimativas contabilísticas e erros e as circunstâncias específicas dos contratos de concessão em vigor, a empresa adotou as regras internacionalmente aplicáveis às empresas que atuam em mercados com estas características (nomeadamente a IFRIC 12).

IFRIC 12

A concessão inclui uma infraestrutura já edificada pelo Município, a construção de novas infraestruturas, a manutenção das mesmas e a sua operação. No final do prazo, estas infraestruturas retornam ao concedente em pleno estado de utilização.

Por não deter o controlo sobre as infraestruturas, à luz do definido pela IFRIC 12 foi reconhecido, como contrapartida do valor a pagar ao Município, um ativo intangível correspondente a um direito de cobrar

aos utilizadores da infraestrutura de uso público, uma vez que o risco da procura é assumido pelo concessionário. A Empresa estabeleceu contratualmente uma obrigação de efetuar um investimento total de 4.032 milhares de Euros.

De acordo com a IFRIC 12, caso a finalidade de tal investimento seja de manter ou restaurar a infraestrutura, a obrigação contractual deve ser reconhecida e mensurada de acordo com a NCRF 21, ou seja, a melhor estimativa do valor presente do custo que será necessário para realizar a obrigação Alterações subsequentes na mensuração da responsabilidade devem ser adicionadas ou deduzidas ao custo do ativo intangível.

Uma vez que a concessão contempla a prestação de mais do que um serviço – o de construção, modernização e renovação das infraestruturas e o de exploração e gestão da concessão, a Aquamaior reconhece o rédito e os gastos relacionados com a construção das infraestruturas concessionadas de acordo com a NCRF 19 – Contratos de Construção, o qual se materializa num direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público, e o rédito e os gastos relacionados com a operação de acordo com a NCRF 20 – Rédito. De salientar que o direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público não se traduz num direito incondicional de receber uma determinada quantia, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

3.2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondentes aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Vida Útil
Grupo 2 - Instalações	10 anos
Grupo 3 - Máquinas, aparelhos e ferramentas	4 a 8 anos
Grupo 4 - Material rolante ou de transporte	4 anos
Grupo 5 - Elementos diversos	3 a 8 anos

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos termos do contrato de concessão, a concessionária reconhece um ativo intangível na medida em que lhe seja conferido o direito (licença) de cobrar um preço aos utentes do serviço público. Como no presente acordo de concessão a concessionária é remunerada em relação aos serviços de construção, modernização e renovação das infraestruturas com base num ativo intangível, o ativo intangível tem por base o reconhecimento dos gastos de construção, modernização e renovação das infraestruturas incorridos, na percentagem na proporção do total do investimento estabelecido com o município.

O ativo intangível é amortizado numa base linear. As amortizações são calculadas tendo por base o prazo da concessão previsto no estudo de viabilidade económico-financeira, ou seja, 30 anos.

3.4. IMPARIDADE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Sempre que exista algum indicador que os ativos fixos tangíveis possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimado o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido do custo para vender; e (ii) o valor do uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente as quais as estimativas e os fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustados.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados.

A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.5 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente com os impostos diferidos. O imposto corrente e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos, os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em períodos subsequentes, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Empresa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal; e (iii) a Empresa tem intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

3.6. CAPITAL PRÓPRIO

Capital subscrito

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

Outros instrumentos de capital próprio

Esta rubrica inclui prestações acessórias que foram efetuadas pelos acionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das prestações suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC), não têm prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) e só podem ser reembolsadas, se após o seu reembolso, o capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da reserva legal (art.º 213 do CSC).

Reserva Legal

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (art.º 296 do CSC).

Resultados transitados

Esta rubrica inclui os resultados dos períodos anteriores, para os quais não existe uma deliberação específica sobre a sua aplicação (se lucros), ou cobertura (se prejuízos).

Resultado líquido do período

Esta rubrica inclui os ganhos e perdas reconhecidos no período.

3.7. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando sejam à vista ou tenham maturidade definida, tenham associado um retorno fixo ou determinável, e não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.
Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado incluem:

- Clientes;
- Outros créditos a receber;
- Diferimentos;
- Fornecedores;
- Adiantamentos de clientes; e
- Outras dívidas a pagar.

Caixa e equivalentes a caixa

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui os valores de caixa, depósitos à ordem e descobertos bancários, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados na categoria “ao custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas.
Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.8. RÉDITO

Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes, pelo seu justo valor do montante a receber.

Os rendimentos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do grau de execução do serviço, ou no caso dos contratos de manutenção no período de vigência dos contratos. As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

3.9 ESPECIALIZAÇÃO DOS PERÍODOS

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização dos períodos, independentemente do momento em que as transações são faturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.
Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

3.10. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra um exfluxo económico e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.11 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.12 GESTÃO DO RISCO

O risco financeiro ao qual se encontra exposta a empresa é pouco diverso, envolvendo apenas taxas de juro e crédito concedido.

Os empréstimos bancários vencem juros indexados a taxas de referência de curto prazo (entre 1 a 6 meses) e como tal as suas variações contribuem para afetar os resultados.

O risco de crédito é muito limitado uma vez que os principais clientes são entidades de baixo risco, não se justificando economicamente a constituição de seguro de crédito.

3.13 JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Imparidade de créditos a receber;
- Acréscimos de rendimentos e gastos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O detalhe de caixa e seus equivalentes constantes das demonstrações dos fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 era:

	Ano 2024	Ano 2023
Caixa	1 500	1 500
Depósitos à ordem		
Banco Santander Totta	47 889	12 534
Bankinter	98 833	95 546
Caixa Geral de Depósitos	39 019	38 637
Total	187 241	148 217

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem foram identificados erros que deveriam ter sido corrigidos.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2023	Aumentos	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2024
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	138 349	-	-	138 349
Equipamento de transporte	38 962	2 000	(2 200)	38 762
Equipamento administrativo	19 842	-	-	19 842
Total	**197 153**	**2 000**	**(2 200)**	**196 953**

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2023	Aumentos (Nota 21)	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2024
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	96 985	6 456	-	103 441
Equipamento de transporte	2 966	9 357	(2 200)	10 123
Equipamento administrativo	19 842	-	-	19 842
Total	**119 793**	**15 813**	**(2 200)**	**133 406**
Saldo líquido	**77 360**	**(13 813)**	**-**	**63 547**

ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2022	Aumentos	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2023
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	114 503	23 846	-	138 349
Equipamento de transporte	2 200	36 762	-	38 962
Equipamento administrativo	19 842	-	-	19 842
Total	**136 545**	**60 608**	**-**	**197 153**

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2022	Aumentos (Nota 21)	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2023
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	93 249	3 736	-	96 985
Equipamento de transporte	2 200	766	-	2 966
Equipamento administrativo	19 842	-	-	19 842
Total	**115 291**	**4 502**	**-**	**119 793**
Saldo líquido	**21 254**	**56 106**	**-**	**77 360**

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.203	Aumentos	Saldo em 31.12.2024
Ativos intangíveis			
em Firme	4 034 402	-	4 034 402
Total	**4 034 402**	**-**	**4 034 402**
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	**Saldo em 31.12.203**	**Aumentos (Nota 21)**	**Saldo em 31.12.2024**
Ativos intangíveis			
em Firme	2 136 701	135 542	2 272 243
Total	**2 136 701**	**135 542**	**2 272 243**
Saldo líquido	**1 897 701**	**(135 542)**	**1 762 159**

ATIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2022	Aumentos	Saldo em 31.12.2023
Ativos intangíveis			
em Firme	4 031 822	2 580	4 034 402
Total	**4 031 822**	**2 580**	**4 034 402**
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	**Saldo em 31.12.2022**	**Aumentos (Nota 21)**	**Saldo em 31.12.2023**
Ativos intangíveis			
em Firme	2 001 274	135 427	2 136 701
Total	**2 001 274**	**135 427**	**2 136 701**
Saldo líquido	**2 030 548**	**(132 847)**	**1 897 701**

Provisões

As provisões registadas são referentes ao montante do investimento que, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, se encontra em falta por efetuar face ao valor total do investimento inicialmente previsto e contratualizado, 4.031.822 Euros, no âmbito da concessão (corresponde a uma obrigação contratual, reconhecida em contrapartida de ativos intangíveis).

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o movimento ocorrido no valor das provisões, foi o seguinte:

	Ano 2024	Ano 2023
Saldo inicial	670 002	670 002
Aumentos	-	-
Diminuições	-	-
Saldo final	**670 002**	**670 002**

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o Plano de Investimento já executado ascende a 3.361.820 Euros.

7. IMPOSTOS DIFERIDOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos foi conforme segue:

	Ano 2024	Ano 2023
	Ativos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos
Saldo inicial	**157 258**	**137 494**
Efeitos na demonstração de resultados		
Aumento/(Redução) não aceites para efeitos fiscais (Nota 23)	27 733	19 764
Total dos efeitos na demonstração de resultados	**27 733**	**19 764**
Saldo final	**184 991**	**157 258**

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data do período findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi de 20% e 21%, respetivamente, acrescida de derrama municipal quando seja aplicável.

Os ativos por impostos diferidos respeitam a diferenças de critério contabilístico e fiscal na amortização de ativos intangíveis e perdas por imparidade de clientes.

8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte composição:

	Ano 2024	Ano 2023
Ativo		
Pagamento por conta e estimativa de imposto do período (Nota 23)	-	1 739
Imposto sobre o o valor acrescentado (IVA)	3 776	47 744
Total	**3 776**	**49 483**
	Ano 2024	**Ano 2023**
Passivo		
Impostos sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas		
Pagamento por conta e estimativa de imposto do período (Nota 23)	1 677	-
Retenção de impostos sobre o rendimento	1 405	583
Contribuições para a segurança social / CGA	3 087	2 836
Total	**6 169**	**3 419**

9. CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de "Clientes" apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2024	Ano 2023
Clientes		
Clientes C/C	308 631	305 741
Perdas por Imparidade Acumuladas	(63 389)	(49 944)
Total	245 242	255 797

Perdas por imparidade:

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o movimento ocorrido nas perdas por imparidades acumuladas de créditos a receber foi como segue:

	Ano 2024	Ano 2023
Saldo inicial	(49 944)	(43 869)
Reforço	(40 520)	(21 153)
Reversão	27 075	15 078
Saldo final	(63 389)	(49 944)
Variação Ano	(13 445)	(6 075)

Outros créditos a receber:

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de "Outros créditos a receber" apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2024	Ano 2023
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Estimativa de produção pendente de faturação	67 625	59 699
Total	67 625	59 699

O valor da rubrica estimativa de produção pendente de faturação corresponde à especialização na parte de receitas, que respeitam ao desfasamento temporal, entre a faturação e a contagem real dos consumos efetuados no mês de dezembro.

Adiantamento a fornecedores:

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de "Adiantamento a fornecedores" apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2024	Ano 2023
Adiantamentos a fornecedores	2 452	1 731
Total	2 452	1 731

10. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de "Diferimentos" apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2024	Ano 2023
Diferimentos		
Gastos a reconhecer	2 416	2 114
Total	2 416	2 114

11. PARTES RELACIONADAS

A sociedade faz parte do grupo FCC, através da participação de 100% da empresa FCC Aqualia, S.A. As contas da sociedade são incluídas na consolidação de contas do respetivo grupo.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Empresa apresenta os seguintes saldos com partes relacionadas:

	Ano 2024			Ano 2023		
SALDOS	Fornecedores (Nota 13)	Outras dívidas a pagar - Não corrente	Outras dívidas a pagar - Corrente (Nota 13)	Fornecedores (Nota 13)	Outras dívidas a pagar - Não corrente	Outras dívidas a pagar - Corrente (Nota 13)
FCC Aqualia, S.A. - Sucursal em Portugal	16 530	-	-	16 393	-	-
FCC Aqualia, S.A. (Delegação de Madrid)	9 104	1 300 000	7 192	9 666	1 300 000	7 493
Hidrotec Tecnología del Agua, S.L.	18 782	-	-	5 772	-	-
Total	44 416	1 300 000	7 192	31 831	1 300 000	7 493

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os valores apresentados na rubrica de "Outras dívidas a pagar – não corrente" nos montantes de 1.300.000 Euros, dizem respeito a um empréstimo não corrente da casa-mãe, com vencimento anual a 31 de janeiro de cada ano e renovações sucessivas.

A renovação do contrato ocorre caso não haja comunicação prévia do acionista, com pelo menos, 45 dias de antecedência. Este financiamento está neste momento negociado à taxa de juro de 3% acrescido de Euribor a 3 meses. Até 31 de dezembro de 2024, o acionista não manifestou a intenção de não renovação deste contrato, razão pela qual se encontra registado como passivo não corrente.

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Empresa efetuou as seguintes transações com partes relacionadas:

TRANSAÇÕES	Ano 2024			Ano 2023		
	Fornecimentos e serviços externos (Nota 17)	Juros e gastos similares suportados (Nota 22)	Outros rendimentos (Nota 19)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 17)	Juros e gastos similares suportados (Nota 22)	Outros rendimentos (Nota 15)
FCC Aqualia, S.A. - Sucursal em Portugal	173 574	-	-	198 524	-	-
Aquaelvas - Águas de Elvas S.A.	-	-	21 045	-	-	26 304
FCC Aqualia, S.A. (Delegação de Madrid)	10 102	87 616	-	9 666	77 201	-
Hidrotec Tecnología del Agua, S.L.	23 283	-	-	25 629	-	-
Total	**206 959**	**87 616**	**21 045**	**233 819**	**77 201**	**26 304**

12. FINANCIAMENTOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de "Financiamentos" apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2024	Ano 2023
Outras dívidas a pagar (não corrente)		
FCC Aqualia, S.A.	1 300 000	1 300 000
Total	**1 300 000**	**1 300 000**

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Empresa registava um empréstimo à FCC Aqualia no montante de 1.300.000 Euros.

Ambos os empréstimos vencem juros à taxa Euribor a 3 meses acrescida de um spread de 3%. A maturidade total do empréstimo ocorre em janeiro de cada ano, com renovação automática por períodos iguais se nenhuma das partes se opuserem com uma antecedência de um mês.

13. FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR E ADIANTAMENTOS A CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as rubricas de "Fornecedores", de "Outras dívidas a pagar" e de "Adiantamentos a clientes" apresentavam a seguinte composição:

	Ano 2024	Ano 2023
Fornecedores		
Partes relacionadas (Nota 11)	44 416	31 831
Fornecedores c/c	126 286	114 793
Total	**170 702**	**146 624**

	Ano 2024	Ano 2023
Passivo corrente		
Outras dívidas a pagar		
Pessoal	18 977	18 607
Fornecedores de investimentos	-	43 663
Credores por acréscimos de gastos:		
Outros Credores Diversos	62 449	62 382
Outros	22 856	22 426
Partes relacionadas (nota 11)	7 192	7 493
Total	**111 474**	**154 571**

14. CAPITAL PRÓPRIO

Capital

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital, totalmente subscrito e realizado, era composto por 5.000 ações com o valor nominal de 10,00 Euro cada.

Reserva Legal

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 5% dos lucros líquidos de cada período, deverá ser transferida para a reserva legal, até que esta atinja 20% do capital. Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos da empresa, depois de esgotadas todas as outras reservas.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Reserva Legal encontra-se totalmente realizada e ascende a 10.000 Euros.

Aplicação de resultados

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 27 de junho de 2024, o resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2023, no montante de 49.967,43 Euros negativos, foi integralmente transferido para a rubrica de resultados transitados.

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 18 de maio de 2023, o resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2022, no montante de 1.630 Euros negativos, foi integralmente transferido para a rubrica de resultados transitados.

15. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica "Vendas e prestações de serviços" apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2024	Ano 2023
Vendas	1 313 937	1 297 193
Serviços prestados	17 108	22 515
Total	1 331 045	1 319 708

As tarifas de água e saneamento doméstico relativos aos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, são conforme se apresenta:

Abastecimento de água			Saneamento de águas residuais	
Doméstico por escalão	2024	2023	2024	2023
	Preço unitário (€m3)	Preço unitário (€m3)	Preço unitário (€m3)	Preço unitário (€m3)
de 0 a 5 m^3	0,6001	0,5802	0,54009	0,52218
de 5 a 15 m^3	1,1191	1,0818	1,00719	0,97362
de 15 a 25 m^3	3,1768	3,0708	2,85912	2,76372
superior a 25 m^3	6,3538	6,1417	5,71842	5,52753

De referir que os valores apresentados podem ser diferentes em função do agregado familiar, bem como da condição social do cliente. Existem também tabelas específicas para o fornecimento não doméstico.

Os valores de tarifários apresentados acima foram publicados em Edital pela Câmara Municipal de Campo Maior e encontram-se disponíveis para consulta no *site* da Empresa.

16. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica "Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas" é detalhada como se segue:

	Ano 2024	Ano 2023
Matérias-primas		
Compras	308 666	303 280
Total	308 666	303 280

17. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica "Fornecimentos e serviços externos" é detalhada como se segue:

	Ano 2024	Ano 2023
Serviços especializados	599 163	588 109
Materiais	27 743	20 014
Energia e fluidos	19 810	17 374
Deslocações, estadas e transportes	8 535	6 108
Serviços diversos	67 375	69 589
Total	722 626	701 194

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os gastos incorridos com partes relacionadas foram de 206.959 Euros e 233.819 Euros, respetivamente (Nota 11).

18. GASTOS COM O PESSOAL

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica "Gastos com o Pessoal" é detalhada como se segue:

	Ano 2024	Ano 2023
Remunerações	123 646	111 761
Encargos sociais	26 504	24 470
Seguros de acidentes de trabalho	2 187	1 750
Outros gastos com o pessoal	4 967	6 823
Total	157 304	144 804

O número médio de colaboradores ao serviço da Empresa, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foi de 7 colaboradores.

19. OUTROS RENDIMENTOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica "Outros rendimentos" é detalhada como se segue:

	Ano 2024	Ano 2023
Outros não especificados	23 256	27 574
Total	23 256	27 574

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os gastos incorridos na rubrica de "Outros rendimentos" com partes relacionadas foram de 21.045 Euros e 26.304 (Nota 11).

20. OUTROS GASTOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica "Outros gastos" apresentava a seguinte composição:

	Ano 2024	Ano 2023
Dívidas incobráveis (Nota 23)	34 576	17 168
Impostos e taxas	22 361	20 213
Outros gastos	763	1 132
Total	57 700	38 513

21. GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o detalhe da rubrica de "Gastos de depreciação e de amortização" era o seguinte:

	Ano 2024	Ano 2023
Ativos fixos tangíveis (Nota 6)	15 813	4 502
Ativos intangíveis (Nota 6)	135 542	135 427
Total	151 355	139 929

22. JUROS OBTIDOS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

A rubrica "Juros e gastos similares suportados" apresenta no período findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a seguinte composição:

	Ano 2024	Ano 2023
Juros obtidos		
Juros e rendimentos similares obtidos	105	67
Total	105	67
	Ano 2024	Ano 2023
Juros suportados		
Juros de financiamentos obtidos	87 616	82 263
Total	87 616	82 263
Resultados financeiros	(87 511)	(82 196)

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica inclui transações com partes relacionadas nos montantes de 87.616 Euros e 77.201 Euros, respetivamente (Nota 11).

23. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") à taxa de 21%, nos termos do artigo 87º do Código do IRC, que pode ser incrementado pela derrama até à taxa máxima de 1,5% do lucro tributável dependendo do município onde opera. No Município de Campo Maior, a derrama é de 1,5%, resultando numa taxa de imposto agregada máxima de 22,5%.

Para o período de 2024, os referidos lucros tributáveis são sujeitos a derrama estadual conforme segue:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros;
- 9% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Empresa encontra-se ainda sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos

são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2021 a 2024 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Os gastos com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são detalhados conforme segue:

	Ano 2024	Ano 2023
Resultado antes de impostos	(144 306)	(68 709)
Amortização de investimentos reversiveis não aceites	135 370	135 370
Diferença entre mais valia fiscal e contabilística	325	-
Imparidade não aceite	30 390	15 864
Créditos incobráveis (Nota 20)	34 576	17 168
Amortização de investimentos reversiveis aceites	(125 617)	(125 617)
Reversão imparidade (Nota 9)	(27 075)	(15 077)
Outros	-	553
Lucro tributável	**(96 337)**	**(40 448)**
Matéria coletável	**(96 337)**	**(40 448)**
Coleta	-	-
Derrama	-	-
Tributações autónomas	1 720	1 023
Imposto corrente do exercício	**1 720**	**1 023**
Pagamento por conta (Nota 8)	-	1 739
Total IRC a pagar/(recuperar)	**1 720**	**(716)**

Imposto corrente do exercício	**1 720**	**1 023**
Imposto diferido ativo (Nota 7)	(27 733)	(19 765)
Total Imposto sobre o rendimento do período	**(26 013)**	**(18 742)**

Resultado antes do impacto do imposto diferido ativo	**(144 306)**	**(68 709)**
Imposto diferido ativo (2741 / 8122)	**27 733**	**19 765**
Imposto do periodo com impacto do imposto diferido ativo no resultado	**26 013**	**18 742**
Resultado após impacto do imposto diferido ativo	**(118 293)**	**(49 967)**

As diferenças temporárias relativas a amortizações de investimentos reversíveis correspondem à diferença existente entre as amortizações contabilísticas do ativo intangível (pelo período da concessão) e as amortizações aceites para efeitos fiscais.

24. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não existiam na Aquamaior ativos ou passivos contingentes, nem conhecimento de que pudessem vir a registar-se, relativamente ao período em questão.

25. MÚTUOS E GARANTIAS

Continuidade das operações

Risco de liquidez:

Este risco tem origem nos desfasamentos temporais entre os recursos gerados pela atividade e as necessidades de fundos para corresponder ao pagamento das dívidas, circulante, etc.

Em 31 de dezembro de 2024, a Empresa tinha em Caixa e Equivalentes o montante de 187.241 Euros tendo gerado um fluxo de caixa das atividades operacionais de 172.848 Euros. A empresa não apresenta dívidas a instituições financeiras.

Os Administradores da Aquamaior elaboraram o presente Relatório e apresentam estas Contas Anuais com base na aplicação do princípio da continuidade das operações, uma vez que não têm dúvidas quanto à capacidade da empresa e do Grupo FCC em gerar recursos das suas operações.

Os principais objetivos do Plano Estratégico em que a empresa e o Grupo estão empenhados são os seguintes:

- Melhorar substancialmente a rendibilidade das atividades desenvolvidas pelo Grupo;
- Reduzir a dívida financeira líquida, através do desinvestimento em negócios não estratégicos;
- Localizar o investimento nos negócios que oferecem um maior retorno e possibilidades de desenvolvimento, quer diretamente quer através de sócios financeiros;
- Adequar a estrutura organizacional e os sistemas de gestão a este novo cenário.

Todos estes fatores, juntamente com as diretrizes estratégicas implementadas e anteriormente referidas devem contribuir para uma melhoria significativa do resultado bruto de exploração do Grupo onde a Empresa está inserida, uma melhor gestão do capital corrente e dos riscos associados à sua expansão internacional e para a diminuição do seu endividamento financeiro líquido. O objetivo proposto no referido Plano Estratégico é aumentar a margem bruta de exploração assim como reduzir o endividamento financeiro líquido do Grupo para níveis que se consideram adequados e de acordo com as características e recorrência de grande parte dos negócios do Grupo.

26. LOCAÇÕES

Locações operacionais

Foram celebrados contratos de *renting* de viaturas pela empresa, os mesmos foram celebrados por um período inicial de 36 meses, sendo possível renegociar o prazo da vigência dos contratos, contudo não está estabelecido a aquisição dos veículos no termino do contrato.

Os compromissos assumidos pela Empresa, bem como os gastos incorridos em relativamente aos contratos existentes em 2024 e 2023, são conforme segue:

Ano	Ano 2023
2024	4 252
TOTAL	4 252

Gasto ano	Ano 2024	Ano 2023
Renting viaturas	1 585	7 021
TOTAL	1 585	7 021

No decorrer do exercício de 2024, os contratos de locações terminaram, não tendo a empresa recorrido a novos contratos desta natureza.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Shape the future
with confidence

Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da Índia, 10 - Piso 1
1349-066 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Aquamaior - Águas de Campo Maior, S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 2.519.603 euros e um total de capital próprio de 253.202 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 118.293 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Aquamaior - Águas de Campo Maior, S.A. em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

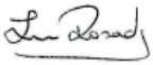
Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 23 de maio de 2025

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Assinado por: **LUÍS MIGUEL GONÇALVES ROSADO**
Num. de Identificação: 10810521
Data: 2025.05.23 17:14:29+01'00'



Luis Miguel Gonçalves Rosado - ROC n.º 1607
Registado na CMVM com o n.º 20161217